

A governança e as mudanças climáticas

Um grupo de acadêmicos dos Estados Unidos, China e Alemanha, publicou em janeiro deste ano um relatório sob os auspícios do programa denominado “Governança Global 2020” denominado “Beyond a Global Deal” que versa sobre as negociações de internacionais de mudanças climáticas. Como conclusão, o relatório cita que um acordo vinculante global sobre a redução de emissões de gases de efeito estufa é muito difícil antes de 2020.

O grupo sugere uma estratégia “bottom up”, ou seja, uma grande e ambiciosa coalizão composta de empresas, ONGs, imprensa, alguns governos e, especialmente, com a Europa na liderança poderiam pressionar para que houvesse compromissos com as mudanças climáticas fora do processo da ONU, o chamado UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change).

De acordo com o relatório, para haver um Kyoto II, a China e os Estados Unidos deveriam concordar em participar, o que é improvável visto que nos Estados Unidos a maioria republicana do Congresso não aceita e está procurando barrar as ações da Agência de Proteção Ambiental – EPA, no que tange a regular assuntos relativos às mudanças climáticas.

No caso da China, não há interesse em ter acordo vinculante visto a sua crescente demanda por energia. Portanto, só haverá acordo se o público, movido por essa “coalizão”, pressionasse os governos internamente para que leis e regulamentos fossem aplicados visando a redução das emissões.

Neste momento vemos vários movimentos da mídia com o intuito de ligar as catástrofes naturais ao aquecimento global, como se o clima, que sempre mudou na história da terra, estivesse mudando mais intensamente por conta da intervenção humana.

Vemos no Brasil, a Campanha da Fraternidade da CNBB movimentar a sociedade sobre as mudanças climáticas, o que é louvável como papel da Igreja, desde que este discurso não seja recuperado por interesses comerciais das indústrias das energias solar e eólica, como acontece muitas vezes com certas ONGs cujo discurso nada mais é que propaganda de produtos e serviços travestida de solução para o Brasil e para mundial.

É o caso de ONGs fazendo campanha mundial contra o carvão, inclusive procurando impedir exportação de carvão dos Estados Unidos para a China.

Mas, e se o mundo continuar a enfrentar crises econômicas que diminuem o crescimento e aumentam o desemprego? Se o Japão, que já não queria assinar o Kyoto II, após esse desastre natural, entrar em recessão ou precisar resolver o impasse de suas usinas nucleares, não emissoras de CO2 via aumento do consumo de fósseis (carvão, gás e petróleo)? Se diminuir o apoio do público para medidas de mitigação de mudanças climáticas como vem ocorrendo nos Estados Unidos?

Pragmaticamente, o mundo continuará usando os combustíveis fósseis, por várias décadas. A busca para reduzir a dependência dos fósseis e obter a segurança energética levará os

países, principalmente a Europa, a estudar a eficiência energética e as energias renováveis e utilizá-las mesmo com pesados subsídios.

Mas não renegarão os esforços tecnológicos para a captura e armazenamento de CO₂ (CCS). Vide o novo Plano de Carbono, lançado neste mês pelo Reino Unido que define o CCS como um dos itens vitais em sua estratégia de enfrentamento das mudanças climáticas e para ampliação de empregos verdes.

Por outro lado, no Brasil, onde somente 1,5 % de nossas emissões são por conta de energia elétrica, devemos apostar somente na geração de energia eólica e solar para abastecer o Brasil e salvar o planeta, ou será que nossa energia per capita continuará metade da meta da ONU para países desenvolvidos?

Acreditamos que a governança de mudanças climáticas, no Brasil, deverá ser competente para entender as mensagens e o cenário geopolítico e econômico que está escondido sob o manto das mudanças climáticas.

Deve verificar as necessidades de nossa nação, que precisa soberanamente reduzir a miséria e se desenvolver. Para tanto deveremos, usar todo o amplo leque de opções energéticas que dispomos e, não demonizar nenhuma forma de energia sob pena de afetarmos a segurança energética do Brasil.

Fernando Luiz Zancan

Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral – ABCM

Março de 2011